

Alphaville EM 24 MESES SEM JUROS.

O pacote é só provisório

ARNOLFO CARVALHO
Da Editoria de Economia

O Brasil não terá condições políticas de cumprir as metas de redução drástica do déficit público contidas na Carta de Intenções a ser aprovada na próxima sexta-feira pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), da mesma forma que não poderá continuar pagando US\$ 12 bilhões anuais de juros ao exterior combinados com os banqueiros credores: por isso são provisórios os acordos que o ministro do Planejamento, Delfim Netto, está amarrando esta semana nos Estados Unidos - de acordo com autoridades da área econômica que dão como inevitável a substituição destes acordos por uma renegociação ampla a ser desencadeada em meados de 1984.

O Governo ainda não pode dizer isso abertamente - explicam - mas já tem consciência da inevitabilidade de um confronto com os credores nos próximos meses, para obter condições de pagamento da dívida externa de quase US\$ 100 bilhões que sejam compatíveis com a retomada do crescimento interno da economia brasileira, independente das oscilações nas taxas internacionais de juros e nos fluxos de comércio mundial. "O Brasil tem problemas sociais gravíssimos, que explodirão numa revolução, se não forem contornados através do aumento das atividades econômicas para diminuir o desemprego e a fome" - observa um dos defensores da renegociação ampla da dívida.

APERTO

De imediato, entretanto, o problema do Governo é o estrangulamento nas contas externas - o País não tem dólares para garantir as importações essenciais nos próximos meses - e a recuperação da credibilidade interna, através do programa de ajustamento para baixar a inflação de 205%, esperada este ano, para cerca de 80% em 1984. Sem resolver estes dois itens, pelo menos parcialmente, é impossível sentar à mesa de negociação com os credores externos, sem ter que se submeter às exigências de contínuo pagamento dos juros da dívida, de acordo com estas opiniões. Até agora, o que vem acontecendo é esta falta de poder de barganha, apesar do volume do débito.

"Estes mecanismos foram improvisados nos últimos doze meses e, quando muito, representam apenas uma fórmula de transição para a reciclagem cooperativa" - afirmou esta semana o ex-ministro da Fazenda e do Planejamento, Mário Henrique Simonsen, com o respaldo de seu cargo na direção do Citibank, nos Estados Unidos. Sua opinião, por mais crítica que pareça, é compartilhada por diversos setores da área econômica governamental, que se dizem "baseados apenas no bom senso", quando reconhecem a impossibilidade de cumprir os três anos do programa de ajustamento acordado com o FMI e os bancos estrangeiros. Estas razões são praticamente as mesmas que levaram o economista Hélio Beltrão a abandonar o barco.

Mesmo assim, de acordo com técnicos da Secretaria do Planejamento, o ministro Delfim Netto não poderia reconhecer neste momento estas evidências, pois ele está empenhado exatamente em concluir agora o acordo com o Fundo e com o Comitê de Assessoramento formado pelos 14 principais bancos credores. "E este acordo é fundamental, caso contrário teríamos que partir para a

moratória ainda este mês ou no próximo, gerando internamente uma situação tão difícil, que poderia levar ao fechamento do regime novamente" - reconhece, reservadamente, um assessor do Ministério da Fazenda, justificando a "atitude prudente" dos ministros para não atrapalhar as negociações finais deste ano.

DESVIOS

Mas a impossibilidade de cumprir as metas - basicamente o arrocho no déficit público, com suas consequências recessivas num primeiro momento - já está clara também nos acordos que Delfim Netto fará esta semana nos Estados Unidos. Em primeiro lugar, ele terá que explicar detalhadamente para o FMI as razões que levaram ao estouro da inflação: pelos cálculos feitos com a missão daquele organismo em agosto, revisados desde então quase semanalmente, a inflação do último trimestre não seria superior à média mensal de 2,5% que resultaria em 55% de inflação no próximo ano, contra 152% em 1983. Os números de setembro e outubro, com média de inflação mensal acima de 10%, se encarregaram de derrubar esta meta implícita na Carta de Intenções.

Em consequência destes desvios, a equipe do ministro Delfim Netto preparou na semana passada os "quadros alternativos" para o FMI programar as metas de 1984: a possibilidade de baixar a taxa inflacionária para 55% no próximo ano virou apenas uma das quatro hipóteses que serão propostas em Washington, ao lado de projeções para inflação de 65%, 75% ou 85%. Não precisa nada mais do que o bom senso invocado pelos técnicos do Governo para antever que a última hipótese é mais próxima da realidade - isto é, se der certo o programa de ajustamento para derrubar a inflação a partir de mais recessão na economia.

Mas grave do que o estouro nas metas da inflação (que praticamente não aparecem explicitamente na Carta de Intenções) é o caso do déficit do setor público (ou necessidade global de financiamento para cobrir os gastos do Governo e das estatais, além da capacidade do Tesouro), considerado ponto-chave do programa de ajustamento acordado com o FMI. O Ministro do Planejamento vai dar a Larosière o mesmo tipo de explicação do ministro da Fazenda, Ernane Galvão: o desvio em relação à meta combinada decorre apenas dos efeitos da inflação, que, através da correção monetária, indexam também o déficit público.

SALARIOS

Mas as justificativas não são tão simples; tanto é que foi preciso a presença do ministro Delfim

Netto nos Estados Unidos para apresentá-las ao FMI. Primeiro, o argumento brasileiro baseia-se no fato de que a política monetária está dentro do figurino, a expansão dos meios de pagamento e da base monetária deve fechar o ano só um pouco acima dos 90% combinados, e todas as demais medidas para reduzir os gastos públicos já foram acionadas: além dos cortes nos subsídios diretos ao trigo e ao petróleo (responsáveis pelos aumentos no custo de vida dos últimos meses), o Governo acabou com boa parte dos subsídios indiretos ao crédito agrícola e tenciona fazer o mesmo com relação aos financiamentos à exportação; foram cortadas despesas das estatais e das administrações públicas e criados mecanismos para aumentar a arrecadação fiscal.

Até mesmo a grande exigência - a desindexação parcial dos salários, através de reajustes abaixo do índice de preços como está no Decreto-lei 2.065 - foi cumprida de alguma forma. E, no entanto, a inflação não calou, mas pulou para a casa dos 200% e ameaça o País com o caos total da hiperinflação. Isso, apesar do efeito de redução da demanda agregada na economia, induzido pelo conjunto de medidas acertadas com o Fundo, que vêm provocando o agravamento da recessão com as consequências conhecidas: mais desemprego, mais tensão social nas grandes cidades, mais fome e menores índices de produção na indústria e no comércio.

A argumentação junto ao Fundo - para revisar os números da

Carta de Intenções antes mesmo da reunião do board na próxima quinta-feira, ou para encaminhar um pedido de waiver se não cumprir aquelas metas - estará baseada, de acordo com técnicos do Banco Central, nos indicadores de que a inflação elevada este semestre tem como causas os aumentos corretivos de preços, a redução da oferta de produtos agrícolas (por causa das enchentes no Sul e, também, pela exportação a todo custo para garantir o superávit comercial), e as variações cambiais, basicamente. Além do fato de não haver tempo suficiente para colher os efeitos contracionistas das medidas de política econômica.

INFLAÇÃO

"Não há problema com a inflação" - asseguram os técnicos, reconhecendo que na área do déficit público as metas serão revistas apenas nominalmente, pois o programa do Governo permitirá baixar este saldo negativo para 2,7% do Produto Interno Bruto (PIB) "de qualquer jeito". A meta de setembro, de baixar os gastos públicos para Cr\$ 14,9 trilhões, foi atingida, de acordo com o Ministério da Fazenda - mas o mesmo não se pode garantir quanto a dezembro, quando estes gastos deveriam ter caído para Cr\$ 19,35 trilhões. Há cálculos na Seplan que indicam um estouro próximo a Cr\$ 7 trilhões, enquanto o ministro Camilo Penna, da Indústria e do Comércio, acha que caminharemos para Cr\$ 30 trilhões ainda este ano.

O principal problema, no entanto, é o efeito recessivo deste conjunto de medidas sobre a economia brasileira: o País já vai entrar no quarto ano de recessão, com a produção industrial de 1984 projetada para cair cerca de 8%, e não há mais clima político para deixar que isto continue ao longo dos próximos anos. Nenhum dos pré-candidatos à sucessão presidencial defende o programa recessivo do ministro Delfim Netto, e o próprio Governo está ciente das possibilidades de agravamento das tensões sociais nos grandes centros, se a recessão não for substituída por novo período de expansão das atividades econômicas, com maior oferta de emprego.

"Por isso mesmo é inviável o novo acordo com o Fundo Monetário" admite uma autoridade da área econômica, reservadamente, para quem ainda no Governo Figueiredo haverá uma mudança de rumos. Para empresários com acesso ao Palácio do Planalto, só está faltando a assinatura dos novos empréstimos dos bancos credores, com a rolagem dos débitos de 1983/84 e a manutenção dos créditos comerciais e interbancários, para o Governo mudar o ritmo do jogo e começar a preparar a renegociação global da dívida externa. Renegociado o débito de forma ampla, de acordo com estes setores do Governo, não mais terá lógica tentar levar adiante o programa recessivo acordado com o FMI. E o acordo irá por água abaixo antes de chegar ao seu último ano, em 1985.